

**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



ENQUADRAMENTOS, VULNERABILIDADE E AUTONOMIA NOS DISPOSITIVOS IMAGÉTICOS DE REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO.

André Costa Braga Soares

Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFGM)

Sessão Temática 07: [Socio] tecnologia para o planejamento urbano e regional

Resumo. Investigações práticas relacionadas ao tema da participação popular e da assessoria técnica apontam para os limites dos elementos de representação do espaço como empecilho para o diálogo entre arquitetos e planejadores com demais entes da sociedade. Em continuidade à essas discussões, o presente trabalho lança o olhar sobre o universo da produção de elementos de representação do espaço como dispositivos imagéticos. A decodificação de sua leitura, sob a perspectiva do conceito de enquadramento de Judith Butler (2015) é capaz de identificar a exclusão e invisibilização de grupos e indivíduos no processo de sua confecção. O presente artigo se divide em três seções. Na primeira é introduzida a base teórica de enquadramento e sua relação com discussões e críticas sobre a atuação em arquitetura e urbanismo em contextos de vulnerabilidade. A segunda seção apresenta a aplicação metodológica da análise construção de enquadramentos dentro do objeto de análise: o concurso Archstorming 2020. Na última seção são apresentados apontamentos para a continuidade de discussões.

Palavras-chave. Representação; Imagem; Enquadramento; Norma; Exclusão

Framing, Vulnerability and Autonomy in the imagetic devices of space representation

Abstract. Practical investigations related to popular participation and technical assistance point to the limits of space representation as an obstacle to the dialogue between architects and planners with other entities in society. In continuation of these discussions, this article analyzes the practice of space representation as imagetic devices. The decodification of images through Judith Butler's (2015) concept of framing helps to identify elements of exclusion and invisibility. The article is divided into three sections. The first section introduces the theoretical basis of the framework and its relationship with discussions and criticisms about architecture and urbanism in contexts of vulnerability. The second section presents the methodological application of the framework within the object of analysis: the Archstorming 2020 contest. In the last section, notes are presented for the continuity of discussions.

Keywords: Representation; Image; Framing; Norm; Exclusion

Marcos, Vulnerabilidad y Autonomía en Dispositivos de imagen en la representación del espacio.

Resumen. Investigaciones prácticas relacionadas a lo tema de participación popular y asistencia técnica señalan los límites de los elementos de representación del espacio para el diálogo entre arquitectos y urbanistas con otras entidades de la sociedad. Continuando esta discusión, el presente trabajo hace la mirada al universo de la producción de elementos de representación del espacio como dispositivos de imaginería. La decodificación de su lectura, desde la perspectiva del concepto de marcos de Judith Butler (2015), logra identificar la exclusión e invisibilización de grupos e individuos. Este artículo se divide en tres secciones. El primero introduce la base teórica del marco y su relación con las discusiones y críticas sobre la arquitectura y el urbanismo en contextos de vulnerabilidad. La segunda sección presenta la aplicación metodológica del análisis de la construcción del marco dentro del objeto de análisis: el concurso Archstorming 2020. En la última sección, se presentan notas para la continuidad de las discusiones.

Palabras clave: Representación; Imagen; Marcos; Estándar; Exclusión

1. Introdução

O conjunto de desenhos e documentos que compõem os planos e os projetos sintetizam a linguagem oficial para a produção do ambiente construído a partir do seu planejamento prévio. Mapas, plantas, cortes/seções, fachadas/elevações, diagramas, e perspectivas apresentam-se como **registro** de intenções estéticas, funcionais e construtivas; e como **meio** sob o qual ocorrem discussões e deliberações da transformação de lugares e territórios. Investigações práticas relacionados ao temas da participação popular e da assessoria técnica, como Soares (2022), apontam para os limites dos elementos de representação do espaço como empecilho para o diálogo entre arquitetos e planejadores com demais entes da sociedade.

Em continuidade a essas discussões, o presente trabalho lança o olhar sobre o universo da produção de elementos de representação do espaço de forma a apontar evidências da capacidade de exclusão e invisibilidade a partir de sua confecção. Ao serem compreendidos como dispositivos imagéticos, sua leitura é capaz de identificar interesses e jogos de poder quando analisados sob a perspectiva do conceito de enquadramento, elaborado por Judith Butler (2015). Atualmente realizados pela manipulação digital de bases de dados (como ArcGIS e QGIs), desenhos vetoriais (como o Autocad), da modelagem virtual (Sketchup, Revit e Archicad) e o pós tratamento de imagens e peças gráficas (Photoshop, Illustrator Indesign), as intenções espaciais do projeto e do plano se vêm expressos por imagens capazes de capturar ou excluir formas de vida que constroem e habitam o lugar a ser transformado. Quando trazidos a representar contextos sociais marcados por desigualdades, assimetrias e opressões, o que expressam as imagens produzidas para ilustrar intenções no espaço? Qual a sua contribuição para a relação de vulnerabilidade e o reconhecimento das pessoas?

De forma a evidenciar as possíveis estruturas de exclusão e invisibilidade, realizo a experiência de decodificar elementos presentes no “*briefing*” e nas propostas ganhadoras (primeiro e segundo lugar) do concurso internacional de arquitetura ARCHSTORMING, 2020, aberto a receber projetos de estudantes e de profissionais para a residência da família Jorejick, localizada próxima à província de Karatu, na Tanzânia (África). O modo de produção de imagens expressa um importante referencial por se assemelhar ao praticado nas salas de aula de cursos de Arquitetura e Urbanismo brasileiros.

Como produtores de imagens e mensagens gráficas voltadas para a produção do espaço, tenho a intenção demonstrar como o contínuo apego a normas e padrões de representação, presentes na arquitetura e urbanismo, contribuem para impedir a construção de elementos mais direcionados para questões técnicas, políticas e sociais próprias de um espaço.

O presente artigo se divide em três seções. Na primeira é introduzida a base teórica do conceito de enquadramento, em Butler (2015) em relação a discussões e críticas sobre a atuação em arquitetura em contextos de vulnerabilidade. A segunda seção apresenta a aplicação metodológica da análise de enquadramentos dentro do objeto: o concurso Archstorming 2020. Na última seção são apresentados apontamentos para a continuidade de discussões.

2. A construção de enquadramentos em arquitetura e urbanismo: premissas para o reconhecimento

A condição de reconhecimento das pessoas através do projeto e do plano tem como importante empecilho à reprodução elitista de clientelismo e o paternalismo que permeia o senso comum. A relação do campo da arquitetura e do urbanismo com a produção de moradias marca uma forte evidência dessa questão. A visão imposta por práticas de mercado imobiliário e da gestão urbana, muitas vezes reproduzida por jornais, revistas, programas de televisão e redes sociais, aproxima o projetar e planejar ao ato de definir o morar de um cliente ou de uma população. Contribui-se,

assim, para uma responsabilidade profissional ilógica, que cria a falsa demanda por um especialista para concentrar as tomadas de decisão.

A realidade da profissão é completamente diferente. Projetos e planos são alterados ao longo de seu desenvolvimento. Em vários momentos, é desejável que sua transformação seja provocada por apontamentos de outros agentes, como moradores ou profissionais envolvidos com a construção. Visto como uma produção coletiva, a administração do tempo de trabalho e a disponibilidade para acompanhamento de alterações é um dos principais desafios. Portanto, é importante questionar como a ontologia da prática profissional se mantém estruturada no contraditório desprendimento com aqueles que ela supostamente visa envolver e auxiliar.

Para o desenvolvimento do saber arquitetônico e urbanístico, compreender a capacidade do projeto e do plano como imposição para quem mora e para quem constrói significa questionar a relação de significado das imagens produzidas para expressar intenções e propostas de espacialidade. Os vestígios de formas de vida expressos na representação guardam evidências sobre dinâmicas que definem a aparição de pessoas dentro das decisões sobre o espaço.

Na construção do conceito de enquadramento, Judith Butler (2015) evidencia a invisibilidade do “outro” como um problema de ordem epistêmica e ontológica. Epistêmico ao se evidenciar a saturação da visão política no reconhecimento de vidas que resulta em operações de poder que delimitam a esfera da aparição de determinados indivíduos e grupos. Ontológico, pois o reconhecimento se dá a partir da relação com normas utilizadas para se definir quais vidas são passíveis de serem consideradas e quais podem ser descartadas. A autora demonstra como a violência em contextos contemporâneos se divide entre o que está dentro e fora do quadro de visão social. A invisibilidade das vidas não apreendidas resulta na ausência do luto em casos de abusos de direitos ou de morte. Os limites impostos à episteme e à ontologia de quem enquadra estão relacionados à esquemas normativos morais que, constantemente repetidos em formas de comunicação, expressam uma construção histórica da capacidade social de produção de discernimento de sujeitos e grupos sociais.

Os “enquadramentos” que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos (ou que produzem vidas através de um *continuum* de vida) organizam não só a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito. A capacidade epistemológica de apreender uma vida é parcialmente dependente de que essa vida seja produzida de acordo com normas que a caracterizam como uma vida ou, melhor dizendo, como parte da vida. Desse modo, a produção normativa da ontologia cria o problema epistemológico de apreender uma vida, o que, por sua vez, dá origem ao problema ético de definir o que é reconhecer ou, na realidade, proteger contra a violação e a violência. (BUTLER, 2015 p15)

O reconhecimento, como demonstra Butler, (2015) ocorre em meio ao constante conflito de esquemas normativos como operações de poder socialmente e historicamente construídas. Evidenciar um determinado sujeito, comunidade ou população passa por compreender (1) as *condições de reconhecimento* moldadas por termos, normas, convenções, leis e outros dispositivos normativos. Juntamente com tais condições, os (2) *esquemas de inteligibilidade* provêm de movimentos de questionamento ou manutenção de uma dada situação por parte de quem vê através do quadro (BUTLER, 2015 p.20). A busca por formas mais justas de funcionamento social passam pela subversão da estrutura de reconhecimento dentro dos limites do quadro. A transformação dos enquadramentos não se dá pela inclusão de pessoas e grupos invisibilizados dentro das normas que os restringem. Ele ocorre a partir da expansão de seus limites, realizada por manifestações questionadoras dos padrões normativos de reconhecimento diferenciado. Trata-se, contudo, de saber como essas normas operam para tornar certos sujeitos pessoas “reconhecíveis” e tornar outros decididamente mais difíceis de reconhecer. O problema não é apenas saber como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada (BUTLER, 2015 p.18).

Dentro das possibilidades de transformação social, Butler (2015) evidencia o ato de produção de imagens como um campo de conflitos sociais. Enquadrar em representações imagéticas reflete a manipulação dos termos de aparecimento de pessoas e grupos. Auxilia-se a invisibilidade e exclusão ao permitir a reprodução de descrições provindas de padrões normativos vigentes. Por outro lado, o rompimento do enquadramento pode ser realizado. Estratégia de resistência não violenta, a criação de imagens que permitam o deslocamento crítico evidenciam esquemas de poder, hierarquias sociais e questões autoritárias.

O que acontece quando um enquadramento rompe consigo mesmo é que uma realidade aceita sem discussão é colocada em xeque, expondo os planos orquestradores da autoridade que procurava controlar o enquadramento. Isso sugere que não se trata apenas de encontrar um novo conteúdo, mas também de trabalhar com interpretações recebidas da realidade para mostrar como elas podem romper consigo mesmas. Por conseguinte os enquadramentos que efetivamente decidem quais vidas serão reconhecíveis como vidas e quais não o serão devem circular a fim de estabelecer sua hegemonia. Essa circulação reitera ou, melhor dizendo, é a estrutura iterável do enquadramento. Conforme os enquadramentos rompem consigo mesmos para poderem se estabelecer, surgem outras possibilidades de apreensão. (BUTLER, 2015, p.26).

Em outras palavras, representações e enquadramentos definem um universo composto por elementos importantes para alterar o imaginário social quanto às formas de ser, existir e se relacionar em meio às assimetrias e opressões presentes na sociedade. Ao compreender o enquadramento com um processo social de análise e produção de dispositivos imagéticos, apresento na Figura 1 o ciclo de conflito em sua estrutura. Trazido para as formas de produção de imagens, a identificação de normas sociais, condições de reconhecimento e esquemas de inteligibilidade são componentes capazes de evidenciar as relações sociais e seus dispositivos normativos.

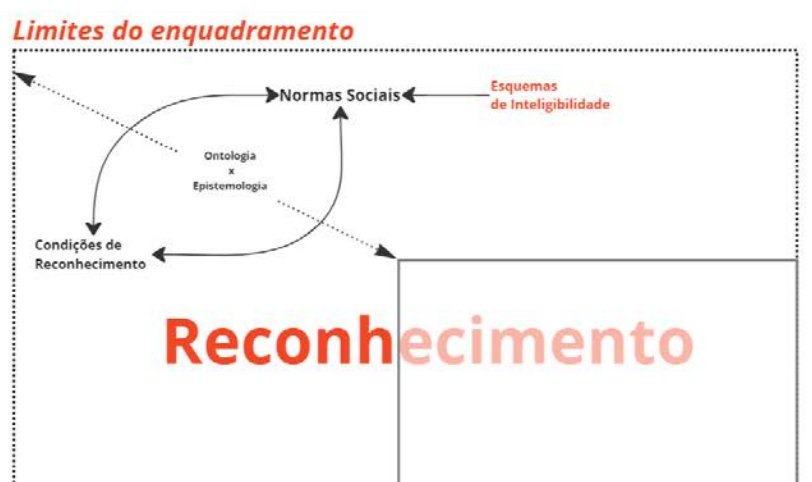


Figura 1. Estrutura do ciclo de enquadramento em Butler, 2015 (fonte elaborada pelo autor).

No campo da arquitetura e do urbanismo, as transformações tecnológicas que converteram a produção de desenhos e mapas para o meio digital determinam a capacidade de projetos e planos como pólos de produção de enquadramentos. As ferramentas digitais de elaboração de mapas, plantas, cortes/secções, fachadas/vistas e perspectivas, são também elementos de manipulação do quadro social, ao evidenciar intenções e possibilidades de relações sociais no espaço projetado. Apresento na próxima seção evidências que apontam para as condições normativas de reconhecimento e esquemas de inteligibilidade próprios da prática e da crítica.

2.1 Evidências das condições de reconhecimento e esquemas de inteligibilidade na arquitetura e no urbanismo

A desconstrução da ontologia do planejamento e da arquitetura como prescrição de estilos de vida é uma característica de investigações práticas ocorridas dentro de grupos de pesquisa e extensão.

A crítica construída a partir da atuação em contextos de restrição ao acesso à moradia evidenciam que a lógica paternalista, ao ocorrer sob o viés da popularização ou do incentivo à "participação" de pessoas "carentes", define um funcionamento prático bastante controverso.

O conflito existente entre arquitetura e a autoconstrução de territórios periféricos é evidência dessa questão. O ato de projetar uma casa a ser autoconstruída por seus moradores, significa ao arquiteto ter o poder de decidir o gasto de parte considerável do orçamento familiar; definir o esforço dos corpos de quem levanta a estrutura, os fechamentos, as divisões internas e instalar as esquadrias; prescrever o trabalho a ser realizado no momento de descanso dos envolvidos. Apesar desses apontamentos, práticas nesses moldes continuam a ser propostas.

Em Kapp et al (2012), os autores identificam uma taxonomia de diferentes características de atuação de arquitetos em vilas e favelas. A *atuação missionária* tem como característica o trabalho usualmente praticado e financiado por organizações não governamentais (ONGs) e/ou instituições humanitárias. Como responsável por resolver problemas cotidianos de moradores, o arquiteto missionário é "decidido a melhorar a vida alheia segundo seus próprios parâmetros (conscientes ou inconscientes) e se sentindo capaz de 'atender' o cliente, resolvendo os problemas que lhe são trazidos" (KAPP et al, 2012). O trabalho do se conformar como uma forma de extensão da cultura e do conhecimento para "consumidores" que, usualmente, não iriam acessá-lo.

Outra forma de atuação identificada pelo grupo é a *atuação artística*. A busca pela "mudança da percepção social das favelas" (KAPP et al, 2012) estrutura-se muitas vezes na imposição de parâmetros de embelezamento externo ao território. Pensado sob um referencial de quem olha a comunidade de fora, essa forma de atuação reforça preconceitos relacionados ao imaginário de que os favelados precisam do auxílio intelectual para realizar ações de melhoria nos espaços coletivos e individuais. As intervenções artísticas em comunidades sob esses moldes determinam, muitas vezes, trabalhos que se resumem como expressão das pessoas que o planejaram, evidenciando a promoção da imagem dos artistas e dos patrocinadores (KAPP et al, 2012).

Já a *atuação tecnocrática* é vinculada a entes estatais de gestão e regulação urbana. Ela tem relação com a formalização de construções e assentamentos dentro da execução de diretrizes políticas públicas. Nessa atuação os profissionais são, muitas vezes, reduzidos a executores - tendo eles pouca autonomia para atuar apesar do seu senso crítico sobre o que se encontra em campo.

No contexto do planejamento urbano, Morado Nascimento (2021) analisa a contradição da política pública municipal de habitação do município de Belo Horizonte. A autora constrói a sua crítica sob a gestão urbana neoliberal de oferta de moradia ao demonstrar o aumento de remoções - muitas vezes ocorridas de forma violenta - dentro das ações estatais voltadas para garantir o acesso à moradia. As ações do estado, mesmo justificadas por *categorias conceito e indicadores índice*, resultam na normalidade da exclusão de grupos e pessoas envolvidos na luta pela manutenção e melhoria de ocupações e comunidades. O trabalho da pesquisadora evidencia a dificuldade presente nas práticas do planejamento urbano de discernir formas de vida fora dos padrões de moradia formalizados na cidade.

Categorias-conceito e indicadores-índices tornam-se mecanismos utilitários criados em prol dos interesses de determinadas pessoas ou de grupos que exercem o poder, cristalizando a precariedade da moradia e fomentando a precarização da moradia, bem como, justificando, de forma alinhada, práticas públicas violentas, como no caso das remoções, dominadas pela unilateralidade política, econômica, jurídica e científica, contrária ao direito de existir daqueles que tentam revertê-las. (MORADO NASCIMENTO, 2021 p.443)

A crítica sobre as relações de planejamento e gestão do espaço em contextos de vulnerabilidade demonstram como a ontologia do arquiteto e planejador como resolvidores de problemas define-se como a normatividade. Revela-se, portanto, que ao não se evidenciar estratégias de relação e comunicação com outros agentes, as condições de reconhecimento nas práticas de arquitetura e urbanismo se apoiam em exclusão e invisibilidade. Nesse sentido, é possível inferir que a

representação do espaço produzido nesses contextos se faz de forma a compor imagens de prescrição de normativas sociais, impondo elementos tanto nas formas de vida de quem habita quanto para as formas de trabalho de quem constrói.

Se por um lado, a normatividade da prática é influenciável para o quadro excludente, os esquemas de inteligibilidade do campo envolvem a busca por novas maneiras de atuação. A investigação prática em assessoria técnica tem como elemento norteador novas maneiras de se inserir saberes da arquitetura na autoconstrução, de forma a potencializar as ações de moradores nas decisões sobre o seu próprio espaço. As pesquisas sobre participação em planejamento urbano originam estratégias de decodificação de dados de forma a permitir engajamento e envolvimento de comunidades em decisões sobre planos e propostas de lei.

A estruturação do reconhecimento a partir da autonomia apresenta similaridades ao exposto por Mackenzie, 2014. A autora demonstra a contradição presente no cerne da identidade liberal do sujeito autônomo: aquele que consegue atingir seus objetivos, sem depender do auxílio de estruturas sociais do estado ou de vínculos sociais com outras pessoas. Em outras palavras, a autonomia liberal reforça o individualismo como forma de reconhecimento através da ascensão social autoprovocada, sendo utilizada para desvalorizar estratégias abrangentes em políticas públicas.

Enquanto o modelo do sujeito liberal e o mito da autonomia frustra o desenvolvimento de estruturas sociais, legais e institucionais para corrigir desvantagens e assim, sancionar o crescimento de desigualdades sociais e políticas, o modelo de sujeito vulnerável coloca o ônus nas instituições do estado para responder à vulnerabilidade humana, assim, promover igualdade democrática (MACKENZIE, 2014 p. 34).

Mackenzie, 2014 define o reconhecimento a partir da existência de uma vulnerabilidade ontológica e potencial para todos os membros da sociedade, contribuindo para a desconstrução da binaridade “meritocrática” entre vulneráveis e invulneráveis. A autonomia, como elemento de reconhecimento social, se dá a partir da ampliação do campo de visão liberal para se considerar a esfera das relações sociais. Sob uma dupla camada de compreensão, a definição de autonomia passa envolver a capacidade de agência e autodeterminação para viver a própria vida; e o status de ser socialmente reconhecido como um agente autônomo por outros membros da sociedade.

Os teóricos relacionais afirmam que essas competências de autonomia emergem no desenvolvimento e são sustentadas e exercidas no contexto de relacionamentos sociais significativos e, portanto, que tais relacionamentos são condições necessárias para a autonomia. (...)

Formamos, sustentamos e revisamos nossas autoidentidades em conexões relacionais com outros específicos, e negociamos nosso senso de identidade individual em um contexto geográfico, histórico e político específico e em relação a determinantes sociais interseccionais, como gênero, raça, etnia, habilidade e classe. Esses fatores fornecem o contexto para nossas escolhas, que são habilitadas e limitadas pelas oportunidades disponibilizadas no ambiente social (MACKENZIE, 2014 p. 43).

A questão da relação entre autonomia e agentes de construção do espaço dentro do campo da arquitetura e do urbanismo é marcada pela necessidade de transformação das práticas de representação do espaço como meio de deliberação e tomadas de decisão. A problematização da comunicação e interação entre arquitetos e planejadores com demais agentes pode ser evidenciada ao compreender como as normas que influenciam a produção das representações são aplicadas.

3. Um concurso internacional de projetos para a residência de uma família na Tanzânia: evidências de enquadramentos na representação do espaço

Durante o ano de 2020, foi lançado o concurso de projetos de arquitetura para a residência da família Jorejick, residentes de Getamock, distrito de Karatu na Tanzânia, África. O concurso foi organizado pelas organizações Archstorming (2020), organização com histórico de realização de

concursos de arquitetura para contextos de vulnerabilidade; e pela ONG *Un hogar en Tanzania*, criada pelo casal Sônia e Paulo para angariar fundos para as obras da família. Sônia é espanhola, provinda de Madrid, e Paulo um dos membros da família Jorejick residente na Europa. Os critérios de inscrição foram abrangentes e pouco restritivos, sendo aberto a propostas tanto de estudantes como de profissionais. Os interessados em participar precisaram realizar o pagamento de taxas de inscrição e a submissão digital das propostas no prazo determinado.

A escolha da análise dos elementos do concurso surge a partir do incômodo da própria premissa do evento. Ele se conforma como a síntese de prática missionária, combinada com a lógica de performance e competição dentro contexto social africano - que sofre historicamente com aspectos de colonização, exclusão de raça e classe na dinâmica de comunicação midiática mundial. A construção de perda de autonomia pelo quadro de vulnerabilidade da família é reforçada por vários elementos apontados a seguir. Mas dentre eles, o que é mais ilógico, é o processo de avaliação dos projetos. Feito a partir da deliberação de um júri, cuja composição não é explicitada, não é possível saber se a própria família Jorejick teve alguma participação na escolha do projeto ganhador.

Início a análise de construção do enquadramento da família e de seu contexto a partir da leitura do "*briefing*" (ARCHSTORMING, 2020). Forma de construção da problematização comum ao projeto, o documento é aberto ao acesso internacional através do site do evento. Ele introduz a questão motivadora do projeto com a apresentação da questão habitacional da Tanzânia, restringindo-se a apresentar dados quantitativos: o déficit de 3 milhões de unidades e a demanda anual por 200 mil residências no país. O acesso a energia elétrica refere-se a 15% das unidades nacionais. Os materiais de construção são, em sua maioria, compostos por terra, sendo o uso do cimento restrito a uma minoria de residências. A partir desses dados, os autores do documento identificam o objetivo abrangente do concurso: a busca por maneiras econômicas de se construir no continente africano, sugerindo-se, assim, a possibilidade de se replicar elementos da proposta ganhadora.

A identificação do problema quantitativo de moradia é acompanhada da Figura 2. A imagem da mulher negra, de traços maternais, acompanhada de duas crianças negras contribui para a construção da imagem de vulnerabilidade dos agentes locais como um convite para estudantes e profissionais se engajarem a contribuir com a "enorme" demanda por seu trabalho.



Figura 2. Imagem Introdutória (fonte: ARCHSTORMING, 2020)

O enquadramento de vulnerabilidade presente na introdução do “briefing” se faz com a invisibilidade da cultura local de construção e uso do espaço. A probabilidade de que elementos de uma proposta de projeto possam ser multiplicados coloca em xeque a autonomia do morar de toda uma população. De uma forma ou de outra, mesmo que as condições residenciais não sejam adequadas (muitas vezes por dificuldades de acesso a recursos financeiros), é possível aferir que os residentes da Tanzânia constroem suas casas a partir da assimilação de técnicas construtivas relacionadas às condições locais. Exemplo disso é a falta de acesso ao cimento, um elemento relacionado ao grande impacto ambiental da construção civil. A sua ausência poderia ser interpretada como uma potencialidade e não um problema, como sugerido na descrição do concurso. A invisibilidade da cultura local é utilizada para dar lugar à solução a ser elaborada pelo grupo de especialistas com pouco ou nenhum contato com a realidade do país, reforçando-se a ontologia da arquitetura como a solução de problemas,

O documento apresenta, também, o levantamento das demandas habitacionais da família. Sem a chance dos participantes do concurso terem contato com os Jorejick para a realização de conversas ou entrevistas, as informações apresentadas são estruturais no enquadramento de quem irá morar. A família, sua história e suas ações são descritas de forma sucinta, tendo como elemento de definição a descrição de seu gênero, sua idade e alguma observação sobre sua condição de saúde (nos casos mais críticos). É interessante perceber o caráter produtivista do texto, sendo a descrição mais detalhada de cada membro familiar se resumindo às atividades relacionadas ao estudo e/ou o trabalho.

A síntese descritiva de cada ente familiar é vinculada ao dimensionamento da casa a ser projetada. Nesse quesito, o “briefing” expressa que a casa deverá abrigar as quinze pessoas que lá residiam no momento da elaboração do concurso. Dessas, oito possuíam mais de dezoito anos, sendo eles os responsáveis pelas plantações de milho e outros alimentos, a criação dos animais, a manutenção da casa, e o cuidado das sete crianças (que estudam) da avó idosa. O destaque fica para Nico, o residente que é indicado por ter conhecimento construtivo, sendo responsável pela construção de seu abrigo a partir da fabricação de tijolos cozidos.

A imagem dos Jorejick, expressa na composição da Figura 3, apresenta-os como um núcleo coletivo composto por pessoas negras, fortes, dispostas a trabalhar, estudar e produzir. Seriam eles parte da mão de obra para construir o projeto vencedor?



Figura 3. Composição de imagens da Família Jorejick (fonte: ARCHSTORMING, 2020)

Outro elemento voltado para a elaboração de propostas é a compreensão do lugar onde o projeto se localiza. Essa descrição é expressa em formato similar ao diagnóstico. A caracterização da

área é realizada de forma a se repassar, apenas, aspectos técnicos. Não existem relatos sobre formas de uso individuais ou a importância de lugares para algum ente familiar. Destacam-se a descrição do tipo de solo, da topografia e do clima - esse último com a identificação dos períodos de chuva e variação térmica anual.

Ao lançar o olhar sob o lugar, a contribuição para as condições de reconhecimento se veem expressas no conjunto de fotos presentes na Figura 4. A imagem da precariedade do complexo é desenvolvida ao se apresentar as cabanas e construções como elementos sem qualidade construtiva. O documento destaca a ausência de acesso à água tratada e ao esgoto, com a existência de coleta de água dos lagos próximos ao local e a existência de uma rede de latrinas para o direcionamento de rejeitos. Por outro lado, não há revelações sobre os vínculos pessoais com o espaço. Não se evidencia qualquer tipo de significação para as pessoas que lá residem, apesar das fotografias mostrarem a ocorrência de relações e eventos familiares. Em todo o tempo de residência dos Jorejick no lugar, é possível inferir que celebrações e conquistas, assim como perdas e frustrações, foram compartilhadas naqueles espaços. Onde estaria o significado daquilo que transforma essas construções em uma moradia?



Figura 4. Espaços de moradia da Família Jorejick (fonte: ARCHSTORMING, 2020)

A construção da imagem sobre o morar da família, o enquadramento do espaço como precário justifica a definição do programa arquitetônico a ser cumprido. A listagem de espaços e atributos a serem incorporados no desenvolvimento dos projetos se aproxima de parâmetros universais de uma composição padrão da residência urbana de grandes cidades. São exigidos:

- Seis dormitórios, com a possibilidade de instalação de camas beliche. Nesse quesito, não se sabe o critério de aglomeração de moradores por cômodo.
- Uma sala de estar e uma cozinha interna. O documento evidencia que esses cômodos são algo fora do costume diário da família, que realiza seus eventos coletivos em espaços abertos e externos, principalmente abaixo de uma aglomeração de árvores do terreno.
- A necessidade de existência de uma cozinha externa, devido à cultura da família.
- O anseio por varandas e espaços com contato externo, característica desejada devido à humidade do clima;
- Um abrigo e a delimitação de área de pastagem para os animais;
- e o Depósito (ou depósitos) para alimentos e ferramentas .

Com essa descrição, a organização do concurso direciona as formas de produção de projetos. O incentivo aos estudantes e arquitetos a participar da competição de ideias envolve a premiação e a possibilidade da casa ser construída. Na seção seguinte, analiso os resultados das propostas melhor avaliadas pelo júri.

3.1 Enquadramento e as propostas “vencedoras”

Ao ser estruturada sem a capacidade de contato com os moradores e mediada por interpretações restritas e pré estabelecidas pela organização do evento, as condições de concepção de projeto reforçam o caráter de competição e performance como forma de controle do trabalho em arquitetura. A suposta contextualização presente no “*briefing*” direciona a proposição dos trabalhos em um enquadramento com reduzida capacidade de esquemas de inteligibilidade. O processo criativo dos interessados a participar do concurso, que poderiam expressar inúmeras possibilidades provindas de diferentes locais do mundo, se vê reduzido a um exercício de resposta a valores morais transvestidos em parâmetros definidos pela ontologia de quem os elaborou. Dessa forma, é importante perceber que o enquadramento do concurso, expresso no diagnóstico, restringe os limites do quadro não somente sobre a vida dos moradores e do lugar de atuação. Ele também atua sobre o trabalho dos estudantes e/ou arquitetos, a partir da imagem normativa do que prática em arquitetura e urbanismo deve significar.

A Figura 4 apresenta as pranchas de apresentação dos projetos classificados em primeiro e segundo lugar. A falta de abertura do parecer do júri não permite apontar os critérios da avaliação. No entanto, é importante perceber que ambas as propostas apresentam decisões de projeto muito alinhadas com as questões do “*briefing*”. As plantas evidenciam que os espaços do programa foram elaborados, sendo destacados locais de convivência e a cozinha externa. Dentre os quesitos referentes às exigências técnicas, os detalhes e os cortes demonstram que os materiais de construção utilizam os tijolos de terra capazes de serem produzidos no local. Ambos os projetos utilizam sistemas de recolhimento de água da chuva a partir das coberturas e sistemas de tratamento natural de esgoto dotados de reuso de resíduos sólidos.



Figura 5. Espaços de moradia da Família Jorejick (fonte: ARCHSTORMING, 2020)

O diferencial entre as duas propostas aparenta ser a estratégia de apresentação, evidenciado pela diferente maneira utilizada pelos participantes para se apropriar das regras de representação do desenho arquitetônico. Nesse quesito, o primeiro lugar se destaca, com a elaboração de plantas coloridas para a explicação de áreas internas e externas. A substituição do corte pelo detalhamento com escala mais ampliada demonstra uma estratégia gráfica de se aproximar do sistema construtivo. A representação das fachadas coloridas, mescladas com perspectivas isométricas explicativas dos sistemas prediais permite a leitura simultânea de decisões técnicas e sua interferência na aparência do prédio. O segundo lugar, apesar da preocupação com a análise técnica de elementos do clima e dos componentes construtivos, apresenta uma estratégia com menos elementos de destaque para a leitura dessas decisões.

Na decodificação dessas estratégias de apresentação, merece destaque o papel das perspectivas arquitetônicas pela ênfase que elas recebem. Ao ocupar a maior área de exposição nas duas propostas vencedoras, as imagens confeccionadas digitalmente utilizam renderização e tratamento foto realístico de forma a concretizar volumetricamente a simulação idealizada dos projetos. O primeiro lugar se destaca nesse quesito. A escolha de ângulo, com a câmera no nível do observador, combinada com a boa distribuição de elementos vegetais e escala humana, servem para colocar o leitor da apresentação em contato com a proporção da forma projetada. O controle de cor e da iluminação em sua composição são utilizadas para auxiliar a leitura das

estratégias de projeto de forma mais evidente, permitindo a compreensão da funcionalidade do espaço coletivo externo próximo à sala de estar e à cozinha. O projeto que recebeu o segundo lugar, no entanto, tem o espaço coletivo, localizado abaixo da árvore, pouco evidenciado na imagem desenvolvida para a sua explicação. Localizada na segunda prancha dessa proposta, a figura compete com a da circulação dos quartos - que tem uma explicação redundante por já ser demonstrada em seu corte.

Apesar de representarem uma boa forma de antecipação da futura realidade, acredito que a função das perspectivas arquitetônicas, dentro da lógica de competição do concurso, seja a de atrair o olhar e permitir a contemplação de quem avalia. Ao inserir o seu leitor dentro da realidade simulada, elas se tornam componentes da espetacularização e do convencimento sobre a capacidade de domínio técnico e estético de quem a elaborou. A noção de performance também auxilia o conflito imagético próprio do enquadramento provindo do diagnóstico. Expresso e estruturado agora nas propostas, como demonstrado na composição expressa na Figura 5, as imagens fruto da simulação digital reforçam a falsa superioridade das propostas arquitetônicas sobre o espaço elaborado pela capacidade dos moradores.



Figura 6. Composição Simulação e Realidade (fonte: ARCHSTORMING, 2020)

Finalizando a presente análise, acredito que a invisibilidade e exclusão da família Jorejick é evidenciada no ato de elaboração de representação do espaço a partir das análises realizadas. O fato das imagens demonstradas serem replicáveis e passíveis de circular nos meios digitais do funcionamento midiático, demonstram como elementos de representação do espaço contribuem para a manutenção dos moradores para além dos limites do quadro social de reconhecimento. No caso do concurso da residência Jorejick, a lógica de competição demonstra como a ênfase se direciona da realidade da família para a apreciação da capacidade de arquitetos elaborarem belas formas e desenhos. A imposição do ato colonialista de impor uma cultura externa sobre a local e a reprodução de uma representação de residentes negros como meros trabalhadores não são mencionadas em documentos e apresentações. Entretanto, é importante apontar que isso também se faz a partir de uma definição reduzida e simplória do que vem a ser o trabalho de arquitetos e urbanistas. A perversidade intrínseca à atuação missionária é passível de ser desconstruída ao questionarmos os projetos quanto ao seu elemento motivador. Qual seria a contribuição das espetaculares imagens para a construção da casa? Como elas auxiliarão os Jorejick organizar seu tempo e os recursos disponíveis para construir algumas dessas duas propostas?

4. Apontamentos para a continuidade da discussão

Projetos e planos, tendo como elementos de representação do espaço a sua concretude, apresentam-se como dispositivos imagéticos, sendo, portanto, capazes de manter ou ampliar o quadro de reconhecimento de formas de vida não reconhecidas. A questão que envolve a mensagem por trás de mapas, plantas, cortes/seções, fachadas/vistas e perspectivas encontra-se previamente ao ato de sua elaboração. Assumir que os dispositivos de representação do espaço integram o conflito da condição coletiva de aparição de pessoas requer compreender a importância dos questionamentos de uma normatividade social que também envolve a ontologia do projeto e o plano.

O ato de pensar, desenvolver e projetar, com a sua função direcionada para a performance de convencer e seduzir a partir da habilidade de se adequar padrões e normas arquitetônicas, determina um processo prático muito vulnerável a se estruturar na exclusão e invisibilização. A busca por envolvimento com a realidade local apresenta importância primordial para o processo. Nesse quesito, a definição da prática de pensar o espaço como resolução de problemas é uma característica que reduz a ampliação dos quadros de representação, pois impõe o especialista como ente superior às características vigentes no lugar.

O caso do concurso de arquitetura aqui analisado evidencia como a demanda dos moradores pelo ato de construir é substituída pela beleza de desenhos e representações. A normatização dos elementos de representação do espaço reforçam a ontologia do produto provindo do trabalho de arquitetos e urbanistas. A ideia de que o projeto e o plano precisam ser compostos por mapas, plantas, cortes/seções, fachadas/vistas e perspectivas limita a forma de atuação.

Outro importante apontamento sobre a prática é a ilusão de que as “belas” soluções propostas possam ser multiplicadas pelos contextos de vulnerabilidade identificados. A busca por uma solução única, passível de ser espalhada, constitui-se como um caráter imediatista para lidar com questões sociais múltiplas, demonstrando-se como uma característica de resistência para a ampliação dos quadros de representação.

A busca pela capacidade de alterar as normas do que se configura o desenho e o plano, de forma a auxiliar a relação entre os profissionais com outros agentes da dinâmica de decisão do espaço, se apresenta como um caminho válido e experimental de direcionamento da prática de planejar e projetar. O enquadramento de elementos culturais do lugar de intervenção é um exercício que auxilia na melhoria da pertinência de projetos e planos. A questão é de importante pertinência, quando lembramos que a prática do concurso é muito similar ao que se faz nas salas de aula de cursos de arquitetura e urbanismo.

5. Referências

ARCHSTORMING. **African House design competition: a home for the Jorejick Family**. Los Angeles, 2020a. Disponível em: https://www.archstorming.com/uploads/9/5/7/7/95776966/briefing-en_ahdc_2.pdf. Acesso em: 19 de nov. de 2022

BUTLER, Judith. Vida precária, vida passível de luto. IN: BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015 p.13-55

MACKENZIE, Castriona. The importance of Relational Autonomy and Capabilities for an Ethics of Vulnerability. In: CATRIONA, Mackenzie, ROGERS Wendy, DODS Susan. **Vulnerability: New essays in Ethics and Feminist Philosophy**. Oxford University Press, 2014, p.33-59.

MORADO NASCIMENTO, D. Precariedade e precarização da moradia em Belo Horizonte. In: D'OTTAVIANO, C.; CARDOSO, A. L. (orgs.) **Habitação e direito à cidade: desafios para as metrópoles em tempos de crise**. Rio de Janeiro, Letra Capital: Observatório das Metrópoles,

2021.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; CAMPOS, Rebekah; MAGALHAES, Pedro Arthur; MILAGRES, Lígia; NARDINI, Patrícia; OLYTINHO, Bárbara; POLIZZI, Leonardo. Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano de Habitação Social: ciência e tecnologia "Inovação e Responsabilidade"**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

SOARES, André C.B. Desenhar para Dialogar: Possibilidades de transformações pedagógicas para o ensino extensionista de desenho arquitetônico. In: MORADO NASCIMENTO, D. et al. **Práticas sociais no espaço urbano: percursos e desdobramentos do grupo PRAXIS-EA/UFMG [2009-2022]**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, 2022.